

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED  
DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA**

**PRISCILA AGUIAR SOUZA PREUSS**

**AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA DAS ESCOLAS DA  
MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS: DAS MOTIVAÇÕES GLOBAIS PARA AS  
ESCOLHAS LOCAIS**

**Florianópolis, SC  
2018**

PRISCILA AGUIAR SOUZA PREUSS

**AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA DAS ESCOLAS DA  
MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS: DAS MOTIVAÇÕES GLOBAIS PARA AS  
ESCOLHAS LOCAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia, do Centro de Ciências Humanas e da Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Geovana Lunardi Mendes

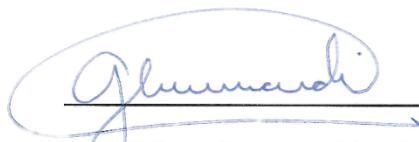
Florianópolis, SC  
2018

PRISCILA AGUIAR SOUZA PREUSS

AVALIAÇÕES EXTERNAS EM LARGA ESCALA DAS ESCOLAS DA  
MICRORREGIÃO DE FLORIANÓPOLIS: DAS MOTIVAÇÕES GLOBAIS PARA AS  
ESCOLHAS LOCAIS

Data da defesa: 11 de Julho de 2018.

**Banca da defesa do Trabalho de conclusão do curso:**



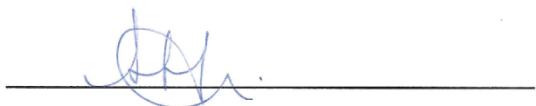
---

Profa. Dra. Geovana Mendonça Lunardi Mendes - Orientadora  
Universidade do Estado de Santa Catarina



---

Profa. Msc. - Adriene Bolzan Duarte  
Universidade do Estado de Santa Catarina



---

Msc. - Marilia Segabinazzi  
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis - SC  
2018

Ao meu pai (*in memoriam*), que veio a falecer antes de concluir seu curso de Pós-Graduação na UDESC; à minha mãe, por me manter sempre submersa no mundo do conhecimento.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus que providenciou tudo aquilo que precisei e a todos que estiveram comigo nesta jornada do curso de Pedagogia da UDESC.

À minha família, por todo apoio ao longo deste caminho, me proporcionando tudo aquilo que precisei e, em especial, à minha mãe que me incentivou em todos os momentos e pelas caronas todos os dias até a UDESC.

Aos professores, Dr.<sup>a</sup> Gladys Mary Ghizoni Teive e Dr. Norberto Dallabrida, que me proporcionaram ensinamentos no grupo de pesquisa Culturas Escolares, História e Tempo Presente da UDESC, em especial, na pesquisa em que fui bolsista de Iniciação Científica sob o título “Professor Orestes Guimarães: biografia de um educador”, orientado pela professora Gladys, ocasião em que tive oportunidade de compreender a história da Educação do estado de Santa Catarina.

À minha orientadora, Dr.<sup>a</sup> Geovana Mendonça Lunardi Mendes, pela oportunidade concedida de fazer parte do Observatório de Práticas Escolares (OPE) e experiências acadêmicas inesquecíveis ao seu lado e também junto da equipe. Também agradeço ter confiado a mim todo o trabalho e a cada uma das oportunidades recebidas, as quais sempre sonhei e que hoje fazem parte de uma realidade vivida e um largo passo de conquista em minha vida.

Aos colegas do OPE, pelo tempo que dispuseram para mim, pelas parcerias e também pelo auxílio em minha pesquisa, em especial aos amigos: Adriene Bolzan Duarte, Marilene Faria Büttenbender; Hariany da Silveira Cargnin; Alessandra Luíse Nienkotter; Sandy Varela de Christo, Yasmin Ramos Pires, Cléia Demétrio Pereira, Marília Segabinazzi, Nathália Andregtoni e ao Aldarlei Aderbal da Rosa, nosso querido Daleco.

Às minhas colegas do curso de Pedagogia da FAED que fizeram parte deste percurso e também a todos os docentes do curso.

A todos vocês, meu sincero carinho por me apoiarem nessa grande jornada.

Pois quando a sabedoria entrar no teu coração, e o conhecimento for agradável à tua alma, o bom siso te guardará e a inteligência te conservará. Provérbios 2:10-11.

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso, intitulado “Avaliações Externas em Larga Escala das escolas da microrregião de Florianópolis: das motivações globais para as escolhas locais”, objetiva investigar as estratégias de Avaliações em Larga Escala na Microrregião de Florianópolis para a preparação dos municípios frente às ALE do Ensino Fundamental. Esta pesquisa vincula-se ao projeto guarda-chuva do Observatório de Práticas Escolares da Universidade do Estado de Santa Catarina denominado “Empréstimo e tradução de Políticas: as Políticas de Avaliação Em Larga Escala e de Educação Inclusiva no Brasil e em Portugal”. A pesquisa, recorte desse projeto maior, objetiva entender os empréstimos e traduções de Políticas de Avaliação em Larga Escala no Brasil e em Portugal. Buscamos apresentar como as ALE se organizam no Brasil de modo geral, bem como em alguns municípios do estado de Santa Catarina no período de 2013 até 2018, partindo de explicações de como ocorrem essas avaliações. Investigamos como as ALE são implementadas nesses municípios e articulamos reflexões teóricas entre autores que discutem a temática, realizando um levantamento bibliográfico para discutir questões relativas às Avaliações em Larga Escala no Brasil. O desenvolvimento metodológico deste trabalho partiu de uma pesquisa documental e de um levantamento bibliográfico sobre a temática. Os resultados encontrados apontam o interesse de oito municípios pesquisados nas iniciativas das ALE e apenas um município não possui interesse.

**Palavras-chave:** Avaliação Externa em Larga Escala. Avaliação. Educação. Arranjo de Desenvolvimento da Educação. Florianópolis.

## ABSTRACT

The present work, titled "Large-Scale External Assessments of Schools in the Florianópolis Micro-Region: From Global Motivations to Local Choices," aims to investigate the Large-Scale Assessment strategies in the Florianópolis microrregion for preparing municipalities for the LSA of Elementary Schools. This research is under the umbrella of the Observatory of School Practices of the State University of Santa Catarina's project called "Loan and translation of Policies: the Policies of Evaluation in Large-Scale and Inclusive Education in Brazil and Portugal". The research, a component part of the aforementioned project, aims to understand the loans and translations of Large-Scale Evaluation Policies in Brazil and Portugal. It is our goal to present how the LSA organizes in Brazil, as a whole, as well as in specific cases, i.e. some municipalities of the state of Santa Catarina, based on the explanations of how the evaluations happened, ranging from 2013 to 2018. We investigate how the LSA s are implemented in these municipalities and articulate theoretical reflections among authors who discuss the subject, conducting a literature review to discuss issues related to Large-Scale Assessments in Brazil. The methodological development of this work is also based on a documentary research. The results show the interest of eight municipalities surveyed in LSA initiatives and only one municipality has no interest.

**Keywords:** Large-Scale External Assessment. Evaluation. Education. Arrangement of Education Development. Florianópolis.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CONTEXTO BRASILEIRO.....</b>	<b>13</b>
1.1 DO INTERESSE EM AVALIAR ATÉ SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO.....	13
1.2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA COMO UMA AVALIAÇÃO EXTERNA.....	19
1.3 A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	24
<b>2 A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NOS CONTEXTOS LOCAIS: PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>28</b>
2.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA: AS FONTES UTILIZADAS E O PROCESSO DE COLETA DE DADOS.....	28
<b>3 A ALE NOS CONTEXTOS MUNICIPAIS: O CASO DA GRANFPOLIS.....</b>	<b>33</b>
3.1 COMPREENDENDO A GRANFPOLIS E SUA PARCERIA COM O HÁBILE	33
3.2 INICIATIVAS MUNICIPAIS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NOS DOIS ÚLTIMOS GOVERNOS DE PREFEITURA: AS ADAPTAÇÕES DA PARCERIA COM A GRANFPOLIS.....	38
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>
<b>ANEXO A.....</b>	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) buscou investigar as estratégias de Avaliações em Larga Escala na Microrregião de Florianópolis para a preparação dos municípios frente às ALE do Ensino Fundamental. A pesquisa trata de um recorte do projeto guarda-chuva desenvolvido no Observatório de Práticas Escolares (OPE), do qual a autora deste trabalho participou como bolsista de iniciação científica. Portanto, no âmbito deste TCC, apresentamos um recorte feito da pesquisa “**EMPRÉSTIMO E TRADUÇÃO DE POLÍTICAS: AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA E DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL E PORTUGAL**”, supervisionada pela professora Dra. Geovana Lunardi-Mendes.

O trabalho de pesquisa desenvolvido no OPE, bem como as reflexões obtidas nos grupos de estudos que tratavam sobre Políticas Educacionais e Avaliações em Larga Escala, doravante ALE, instigou a exploração de como se desenvolvem as ALE nas escolas de Ensino Fundamental que pertencem aos municípios da grande Florianópolis.

Por conta disso, o lócus da investigação foi estabelecido com um recorte dos nove municípios pertencentes à microrregião<sup>1</sup> de Florianópolis, a saber: Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Palhoça, São José, Paulo Lopes, Florianópolis e São Pedro de Alcântara.

Desse modo, elegemos como questões investigativas: qual o público alvo das ALE? Quem são os autores e propositores dessas Avaliações em Larga Escala nos municípios que compõem a Microrregião de Florianópolis? Nesse sentido, o objetivo geral foi investigar as estratégias adotadas na Microrregião do Município de Florianópolis para a preparação dos municípios frente às Avaliações em Larga Escala do Ensino Fundamental a fim de conhecer as propostas de Avaliações em Larga Escala desenvolvidas em cada município escolhido. Para alcançar os objetivos específicos desta pesquisa, buscamos a) apresentar como as iniciativas de Avaliações em Larga Escala foram pensadas nos municípios escolhidos no período de 2013 até 2018, o qual caracteriza os dois últimos mandatos da prefeitura nos municípios; b) apontar quem são os autores/propositores dessas avaliações para

---

<sup>1</sup> No artigo 25 da Constituição Federal, é constituído ao Estado a divisão dos municípios em microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

esses municípios e c) descrever como tais Avaliações em Larga Escala foram implementadas nos municípios.

A ALE é uma avaliação externa, ou seja, é planejada e concretizada em um ambiente fora do contexto escolar como, por exemplo, o Ministério da Educação ou Secretaria Municipal. De acordo com Assunção (2003), além de ser planejada em um contexto fora do cotidiano escolar, as provas que compõem as Avaliações em Larga Escala, as quais são realizadas nas escolas, podem não ter um objetivo pedagógico. O autor entende que as intenções dessas avaliações são objetivamente para medir o desempenho escolar, de forma a regular o sistema educacional.

Ao longo do Curso de Pedagogia, pouco contato foi oportunizado para a discussão e conhecimento sobre as avaliações em larga escala na educação. Logo, é interesse deste estudo conhecer mais sobre os objetos que as envolvem para ampliar os conhecimentos das pesquisadoras nessa área.

A avaliação educacional no Brasil, segundo Duarte (2014), é tema de pesquisa no país desde 1930, com registros significativos nos anos de 1950, 1960 e 1995. Em um de seus recentes trabalhos, intitulado “O debate da Avaliação em Larga Escala no Brasil: características, referências e tendências”, Duarte (2018) aponta considerações a respeito do crescimento e as defasagens das pesquisas na área. Na busca de teses de doutorado e dissertações de mestrado, no período de 1990 a 2017, ela encontrou 1.002 trabalhos referentes à temática. Na análise desses trabalhos, a autora percebeu que as ALE têm sido um crescente campo de pesquisa, porém ainda existem questões em aberto. Diante desse fato, surge a necessidade de contribuir com conhecimentos dessa natureza para a área científica, de modo que propomos, neste trabalho, caracterizar alguns aspectos a respeito das Avaliações em Larga Escala dos municípios selecionados.

Como dados, utilizamos uma amostra dos resultados da pesquisa guarda-chuva, em desenvolvimento no âmbito do OPE. Os dados foram coletados por via de duas fontes principais, sendo estas ligações telefônicas aos representantes da Secretaria de Educação Municipal dos municípios do Estado de Santa Catarina,

como também pela pesquisa aos documentos disponibilizados pelos municípios ou encontrados por busca em sites, como notícias a respeito das ALE desenvolvidas.

Visto que as ALE são um tema pouco explorado na área científica, especificamente, no Estado de Santa Catarina, entendemos, apoiadas em Martins-Junior (2015), que o método de pesquisa qualitativa, exploratória define essa investigação. Esse tipo de pesquisa serve para formular problemas para futuras investigações, estas mais precisas, ou para criar hipóteses. Sendo assim, além de ampliar os conhecimentos das autoras e do grupo sobre o fenômeno a ser investigado, essa metodologia auxiliará no esclarecimento de conceitos e indicará informações para possíveis novas pesquisas sobre Avaliação em Larga Escala; poderá, ainda, apontar problemas considerados urgentes pelos profissionais da área por ser um método de caráter diagnóstico.

Dessa forma, para encontrar os elementos necessários na exploração desta pesquisa, utilizou-se da análise documental, fundamentadas em Ludke e André, (2015), tal técnica auxilia na busca de informações factuais em documentos, os quais foram encontrados tanto na busca *on-line* quanto disponibilizados pelas entrevistas realizadas.

O trabalho apresentado é dividido em três seções, mais as considerações finais. No primeiro capítulo, evidenciamos o referencial teórico sobre Avaliação em Larga Escala a partir de leituras realizadas das produções dos membros do grupo de pesquisa do Observatório de Práticas Escolares, como também dos autores da área. No segundo capítulo, realizamos um detalhamento da metodologia utilizada na pesquisa, referenciando a pesquisa exploratória e a análise documental. No terceiro capítulo, apresentamos a análise dos dados e os resultados encontrados, articulando-os ao caminho metodológico e aos referenciais teóricos escolhidos. Por fim, apresentamos as considerações resultantes do estudo, realizando reflexões sobre o objetivo aqui proposto e sugerindo a continuação da pesquisa.

## 1 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CONTEXTO BRASILEIRO

Neste capítulo, explicamos alguns dos conceitos das Avaliações Externas em Larga Escala a fim de compreender seu surgimento no Brasil. Traçamos um breve percurso histórico das Avaliações em Larga Escala, bem como o período em que surgiram os interesses nas avaliações educacionais e os principais modelos de avaliação desenvolvidos no país. Também apresentamos o momento em que as ALE se tornaram uma política pública no Brasil, suas características como política pública e ainda discorremos sobre o interesse dos municípios nos modelos de avaliações próprias e algumas reflexões teóricas que abordam essa temática de autores da área e, da mesma forma, apresentamos as produções desenvolvidas pelos membros pertencentes do Observatório de Práticas Escolares.

### 1.1 DO INTERESSE EM AVALIAR ATÉ SUA INSTITUCIONALIZAÇÃO

Para verificar a aprendizagem de um aluno na escola, os professores utilizam métodos avaliativos, por conseguinte, a avaliação aponta um resultado aproximado da construção de conhecimentos empreendida pelo aluno. Cada professor tem autonomia de realizar em sua turma alguma forma de avaliação a fim de verificar o aprendizado do aluno; tais instrumentos de avaliação variam conforme o professor, o conteúdo ministrado, a supervisão escolar de ensino e a instituição escolar, em meio a uma diversidade de escolas e métodos de ensino.

Segundo os idealizadores das ALE, essas avaliações buscam contribuir com a qualidade da educação do país, pois verificam, de maneira geral e padronizada, o aprendizado dos alunos nas escolas, como uma forma de regular os sistemas de ensino mediante a avaliações advindas de fora para dentro das escolas. Para isso, essas avaliações são aplicadas em todas as escolas de maneira que possam diagnosticar o aprendizado dos alunos em uma grande quantidade de escolas, dessa forma as Avaliações em Larga Escala apontam os resultados do desempenho escolar de vários alunos e ainda obtêm resultados por regiões específicas, como

municípios e estados, e estes números podem servir para a comparação do nível de desempenho tanto em relação às escolas de um mesmo município e de um mesmo estado como também em relação à outros estados e municípios de outras regiões do país.

Contudo, essa ideia de aferir a qualidade do ensino brasileiro não aparece de uma hora para a outra. Horta Neto (2005) traz um percurso histórico e indica que a partir de 1906, no Anuário Estatístico do Brasil, foram realizadas medições censitárias que mostravam dados a respeito do ensino público e privado de maneira geral, e era possível saber a quantidade de escolas, corpo docente, matrículas e as repetências. Porém, esses indicadores ainda não se atentavam em verificar a qualidade do ensino, pois as avaliações escolares ocorriam somente dentro das instituições de ensino e voltadas as preocupações do ensino ofertado à elite.

Mais tarde, explica Horta Neto (2005), em 1934, é criado no Brasil, o atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, que objetivou organizar as estatísticas nacionais de modo a incluir levantamentos dos dados do país, dentre eles os educacionais. Com a criação do Ministério da Educação e Saúde em 1937, é criado o Instituto Nacional de Pedagogia, que visava estudar as questões educacionais ligadas à psicologia escolar. Em 1953 o Ministério da Saúde é criado e a educação se une ao Ministério da Educação e Cultura, na qual a função dos levantamentos estatísticos passa a ser de responsabilidade do Serviço de Estatística da Educação e Cultura. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) pelo congresso “destaca-se a primeira referência de um instrumento legal ao termo: qualidade da educação” (p.02). Em 1970 o Instituto Nacional de Pedagogia ganha autonomia administrativa e financeira, porém, ainda não questionava as avaliações educacionais.

Em 1988, houve a criação da Constituição Federal do Brasil, estabelecendo no Artigo 206 que o ensino deve ser prestado por oito princípios, dentre eles a garantia de padrão de qualidade; porém, como aponta Horta Neto (2005), mesmo com esse princípio Constitucional não houve uma regulamentação que definisse como seria essa padronização.

No Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 1993), criado em 1993 pelo ministro Murílio Hingel, são estabelecidas ações para a melhoria da educação brasileira, que mais tarde serviriam de fomento para a aplicação e o desenvolvimento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), cujo objetivo

compreendia “aferrir a aprendizagem dos alunos e o desempenho das escolas de 1º grau e prover informações para a avaliação e revisão de planos e programas de qualificação educacional” (p. 51).

Então, como nos mostra Horta Neto (2005, p. 04), foi a partir das atribuições dadas ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep<sup>2</sup>) de promover atividades voltadas para a avaliação educacional que é institucionalizada, no Brasil, a Avaliação em Larga Escala.

Para compreender como o sistema do Saeb atua no país, foi realizada uma consulta em sites oficiais do Ministério da Educação, dentre deles o site do Inep e do Saeb. O Saeb é composto por três Avaliações em Larga Escala, sendo essas a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc/Prova Brasil) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA). O objetivo principal do Saeb é “realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e de alguns fatores que possam interferir no desempenho do estudante, fornecendo um indicativo sobre a qualidade do ensino ofertado” (INEP, 2017, p. *online*).

Além da prova que verifica o desempenho dos alunos, essas avaliações do Saeb também utilizam questionários contextuais, que são aplicados aos alunos, professores e diretores. Há um questionário que é preenchido pelos aplicadores com informações sobre a escola. O questionário respondido pelo aluno coleta algumas informações sobre aspectos da vida escolar, do nível socioeconômico e do capital social e cultural. Já o questionário dos professores, específico para Língua Portuguesa e Matemática, e dos diretores das escolas possibilita conhecer a formação, as práticas pedagógicas, o nível socioeconômico e cultural, os estilos de liderança e as formas de gestão do profissional. Os questionários da escola, preenchidos pelos aplicadores, abordam questões sobre as condições de infraestrutura, segurança e recursos pedagógicos disponíveis. O levantamento

---

<sup>2</sup> Criado por lei em 1937, o Inep é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), que subsidia a formulação de políticas educacionais nos diferentes níveis de governo com intuito de contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país (INEP, 2015).

desses dados e as informações obtidas possibilitam corroborar a criação de políticas públicas educacionais que visam melhorar da qualidade do ensino oferecido no país (INEP, 2017).

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc) ou "Prova Brasil" é uma avaliação censitária realizada com a primeira e última turma do Ensino Fundamental (4<sup>a</sup> série/5<sup>º</sup> ano e 8<sup>a</sup> série/9<sup>º</sup> ano) somente de escolas públicas das redes Municipais, Estaduais e Federal. Seu objetivo é avaliar a qualidade do ensino. Para participarem dessa avaliação, as escolas devem possuir no mínimo 20 alunos matriculados nas séries/anos que serão avaliadas. Já a Prova Brasil, busca aferir os níveis de aprendizagem nos conteúdos de Língua Portuguesa (Leitura) e Matemática. Após os dados obtidos, o Saeb fornece esses resultados para a escola que participou da avaliação. A partir dos dados obtidos apresenta indicadores contextuais sobre as condições extra e intraescolares em que ocorre o trabalho da escola. Esses dados servem de subsídio para diagnóstico, reflexão e planejamento do trabalho pedagógico da escola, bem como para a formulação de ações e políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade da educação básica (INEP, 2017).

A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) contempla tanto a rede privada quanto a pública e realiza sua avaliação com a primeira e última turma do Ensino Fundamental (5<sup>º</sup> ano e 9<sup>º</sup> ano), essa avaliação é semelhante à Prova Brasil, porém, há um diferencial.

Por abranger, de forma amostral, escolas e alunos das redes públicas e privadas do País que não atendem aos critérios de participação da Anresc/Prova Brasil, e que pertencem as etapas finais dos três últimos ciclos da Educação Básica em áreas urbanas e rurais 5<sup>º</sup> ano (4<sup>a</sup> série) e 9<sup>º</sup> ano (8<sup>a</sup> série) do Ensino Fundamental e 3<sup>a</sup> série do Ensino Médio regular (INEP, 2017, *on-line*).

Para a seleção de participação das escolas na Aneb, de acordo com o site do INEP (2017), é realizado um sorteio que leva em consideração critérios específicos sobre sua dependência administrativa (se é uma escola pública federal, estadual, municipal ou privada): se a localização da escola é em área urbana ou rural, se é na capital ou interior e ainda é levado em conta o porte da escola, se é considerada pequena, com uma ou duas turmas, ou grande, com três ou mais turmas.

A ANA, Avaliação Nacional da Alfabetização, é uma avaliação censitária para os alunos do 3<sup>º</sup> ano do Ensino Fundamental das escolas públicas com interesse na alfabetização e na matemática. Seus objetivos principais são:

avaliar o nível de alfabetização; produzir indicadores sobre as condições de oferta de ensino e concorrer para a melhoria da qualidade de ensino e redução das desigualdades, em consonância com as metas e políticas estabelecidas pelas diretrizes da educação nacional (INEP, 2015, p. online).

Esses testes são compostos por vinte questões, sendo as de Língua Portuguesa compostas por dezessete questões objetivas de múltipla escolha e três de produção escrita. Nas questões de Matemática, são elaboradas vinte questões objetivas e de múltipla escolha. Também são aplicados questionários para professores e gestores, com o objetivo de examinar algumas informações sobre as condições de infraestrutura, formação de professores, gestão da unidade escolar, organização do trabalho pedagógico, entre outras. Esse conjunto de resultados da avaliação ANA produz indicadores que podem contribuir para o processo de alfabetização nas escolas públicas brasileiras, pois esta avaliação se propõe a realizar uma análise das condições de escolaridade dos estudantes (INEP, 2015).

O conjunto das informações adquiridas nas avaliações do Saeb e os dados obtidos servem de subsídio para a análise de políticas públicas já existentes e para a criação de novas políticas a serem implementadas pelos governos Municipal, Estadual e Federal, “visando a contribuir para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino. Além disso, procura oferecer dados e indicadores sobre fatores de influência do desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados” (INEP, 2017, p. *on-line*). Nesse sentido, a avaliação possibilita, a partir desses dados levantados, a criação de novas políticas públicas.

Em relação às avaliações nos estados Brasileiros, Bauer *et al.* (2017) realizaram um estudo de mapeamento e caracterização das iniciativas relacionadas às Avaliações em Larga Escala municipal, no qual 4.309 municípios participaram, evidenciando a consolidação da Avaliação em Larga Escala como um instrumento de gestão educacional. Nesse estudo foi possível perceber que 97% dos municípios participam da Provinha Brasil, 90% da Prova Brasil e da Avaliação Nacional da Alfabetização, ainda 67% dos municípios indicaram compartilhar de avaliações

externas implantadas pelos governos dos estados a que pertencem e até 2014 1.280 municípios implantaram ações próprias de avaliação (p. 05).

Os 1.573 municípios que disseram ter criado propostas próprias de avaliação registraram que estas vêm sendo concebidas, em geral, por profissionais integrantes das redes de ensino, sejam técnicos (77%), sejam professores e/ou gestores da rede (82%) (BAUER *et al.*, 2017, p. 05).

Visto que há um crescente interesse dos municípios nas iniciativas de Avaliações em Larga Escala, Bonamino e Sousa (2012) nos mostram que sistemas estaduais e municipais de ensino básico vêm desenvolvendo “propostas próprias de avaliação [...] por meio de aplicação de provas aos alunos de 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do ensino fundamental” (p. 380). O conteúdo dessas avaliações tem semelhanças com os itens das provas elaboradas pelo Saeb e da Prova Brasil, a exemplo do que fez o estado de São Paulo ao criar seu próprio Sistema de avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), que fora implantado em 1996 e seus resultados implicam na elaboração de políticas públicas que são desenvolvidas pela Secretaria de Educação e orientam as escolas em suas propostas pedagógicas e na elaboração do planejamento escolar.

De acordo com os dados do site da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (2018, *on-line*), o SARESP é uma avaliação diagnóstica que visa “orientar os gestores do ensino no monitoramento das políticas voltadas para a melhoria da qualidade educacional”, e seus resultados “integram o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (Idesp)” (SÃO PAULO, 2018, *on-line*), que por sua vez, são comparados aos resultados das avaliações nacionais do Saeb e da Prova Brasil.

No relatório “Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros”, Bauer *et al.* (2016) apontam que as avaliações escolares desenvolvidas pelas secretarias municipais de educação são estratégias de gestão, tanto em municípios com maior ou menor número de redes de ensino. Esse tipo de avaliação se intensificou a partir dos anos de 2005 e, de acordo com a pesquisa, teve um grande salto em 2012, juntamente com o crescimento das iniciativas propostas pelo Ministério da Educação, por intermédio do Ideb. A busca da qualidade na educação acabou incentivando aos municípios de criarem seus sistemas próprios de avaliação. Essa iniciativa de criação de avaliações, de acordo com este estudo, serviu de apoio “à implantação de políticas educacionais e estratégias de gestão,

como o monitoramento e acompanhamento dos processos e resultados existentes nas escolas" (BAUER *et al.*, 2016, p.129,130).

A regulamentação dessas avaliações próprias ocorreram principalmente nos estados do CE, ES, MS, MT, PA, RO, SC e foram normatizadas por leis, decretos, resoluções da Secretaria em instâncias Municipais de Educação, normatizações do Conselho Municipal de Educação ou documentos técnicos organizados pelas Secretarias de Educação ou escolas e sistemas privados de ensino. Especificamente em Santa Catarina, os dados obtidos, neste mapeamento, mostram que 73 municípios afirmaram realizar algum tipo de avaliação, e desses, 17 responderam possuir avaliação própria regulamentada, dessa forma, a partir desta informação que surge o interesse desta pesquisa (BAUER *et al.*, 2016, p.59).

Portanto, o que nos leva a repensar a respeito deste movimento na rede de ensino que tem se voltado a desenvolver avaliações próprias, buscamos conhecer essas necessidades frente a estas iniciativas e também entender a necessidade de criação de respostas às políticas públicas já existentes, por meio dos resultados obtidos nas ALE.

Em vista disso, no item a seguir, trazemos uma reflexão teórica a respeito do que se trata essa avaliação vinda de fora das instituições de ensino, buscando entender a necessidade de uma verificação do desempenho, seus objetivos, suas atribuições e também as críticas a respeito da implementação dessa prática nas escolas.

## 1.2 AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA COMO UMA AVALIAÇÃO EXTERNA

O espaço escolar é lugar para o ensino do conhecimento científico. Para verificar se o ensinamento proporcionado ao aluno está sendo adquirido, o professor mede esse conhecimento e ainda atribui um número a ele, uma nota. Segundo Martins (2013), a expressão avaliar é entendida como medir o resultado do rendimento escolar. Nesse sentido, os termos não são sinônimos, pois avaliar está atrelado a um processo e medir é atribuir um valor numérico a uma aferição.

Medir significa quantificar uma operação, atribuir um valor numérico a critérios preestabelecidos, avaliar é dar um valor a alguma coisa, é julgamento que se faz após coleta de informações sistemáticas ou formais, podendo se basear parcialmente, mas não exclusivamente em dados quantitativos (MARTINS, 2013, p. 43).

Uma das formas de encontrar artigos sobre Avaliação em Larga Escala é utilizando o termo Avaliação Externa e entendendo que a Avaliação em Larga Escala é um tipo de avaliação externa, ou seja, que não é produzida dentro do espaço escolar, pois advém de “instituições que não necessariamente tem uma finalidade pedagógica”, ela se difere quanto a sua função, pois busca “regular o sistema e consequentemente os conteúdos e métodos de ensino para um fim específico” (ASSUNÇÃO, 2013, p.73), tal fim é o que discutiremos ao longo desta seção.

Podemos atribuir três finalidades à Avaliação em Larga Escala: a primeira finalidade seria a avaliação em si mesma; em segundo lugar, a prestação de contas a partir dos resultados e, por último, a atribuição de responsabilidade que ela se propõe a realizar, como também pode e desenvolver os processos de prestação de contas. (NOVAES, 2014, p. 287).

A avaliação externa não emite apenas um juízo de valor a respeito da competência cognitiva de um aluno, mais do que isso, ela também desempenha as funções de construir um dispositivo de legitimação pela intervenção estatal e de naturalizar o processo de hierarquização das escolas, dado que seus resultados são considerados fatores de qualidade (NOVAES, 2014, p. 292).

A Avaliação em Larga Escala difere das propostas de avaliação escolar elaboradas pelo professor de sala, pois, nas provas elaboradas pelo professor, o qual dispõe de mais tempo junto ao aluno, verifica-se somente o desempenho global em cada tarefa, podendo diversificar as tarefas e avaliar os diferentes conteúdos ministrados em sala de aula; por isso se pode realizar mais de uma avaliação, acompanhando de perto, de modo mais amplo e detalhado, assim, podendo verificar especificamente as particularidades e dificuldades de cada aluno (MARIN, 2010, p. 06).

Como as ALE buscam medir principalmente os conteúdos relacionados à Língua Portuguesa e à Matemática em relação ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental, os conteúdos que exijam a elaboração da criatividade e exercício da cidadania parecem não servir de interesse nesse tipo de avaliação. Nesse contexto, argumenta Marin (2010), a Avaliação em Larga Escala não abre brechas para que

se mensure o desempenho escolar global, isto é, que se avalie aspectos que levem em conta valores e atitudes. Nesse tipo de avaliação os temas subjetivos, como cidadania, responsabilidade, cooperação, criatividade são difíceis de serem mensurados porque não se tratam de conceitos pré-determinados e podem variar de acordo com a cultura de cada indivíduo, mesmo com um ensino leigo e laico, a tarefa ainda seria árdua.

Para Martins (2013), essas avaliações produzem um engessamento na forma de avaliar, uma vez que o professor se vê forçado a direcionar seu planejamento ao conteúdo que é verificado nas Avaliações em Larga Escala e também institucionaliza a meritocracia, gerando uma discrepância no ambiente escolar, beneficiando aqueles que alcançarem melhor desempenho e excluindo os ambientes deficitários que tanto carecem de recursos para implementação mais eficiente do ensino. Os professores argumentam que “As gratificações estão ligadas a profissões que realizam metas e alcançam produções, lucros e educação não é “produção”, não é “fábrica”, não é “máquina lucrativa.” (MARTINS, 2013, p. 94).

Em sua pesquisa “Representação social de professores da rede pública sobre a avaliação externa: o Saerjinho”, Martins (2013) entrevistou dois professores da rede estadual de educação do Rio de Janeiro e buscou alguns indícios sobre a essa avaliação que é desenvolvida bimestralmente com os alunos do 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e das três séries do Ensino Médio das escolas estaduais. A autora destaca que tanto as escolas que obtêm êxito quanto as que não logram bons resultados na prova Saerjinho não se sentiram à vontade e satisfeitas com a avaliação externa que, na maioria das vezes, atrapalha o planejamento das aulas porque interrompe, apresenta provas que não condizem com o conteúdo que está sendo ministrado.

O conceito de avaliação externa apresentado por Novaes (2014) se refere a uma medida de avaliação que controla e prevê melhorias no âmbito educacional com uma visão de “quase mercado”, uma vez que se procura “garantir eficiência e eficácia do sistema educacional, sem precisar, para isso, privatizar o espaço”

(NOVAES, 2014 p. 284-285). A avaliação externa é uma ação polêmica e ambígua, pois, se por um lado, pode ser uma forma de colaboração com a escola, também pode ser vista como uma ameaça a partir dos resultados obtidos. Os resultados podem vir de forma crítica e também com elogios e assim poderá acarretar conflitos entre a escola e a comunidade (NOVAES, 2014).

Ao realizar a análise dos resultados das avaliações externas, é pertinente que esses dados não sejam interpretados como a realidade da Educação, é necessário que sejam equiparados aos resultados de outras avaliações realizadas em sala de aula e também da avaliação institucional, pois dessa forma é possível avaliar a comunidade escolar e o sistema de ensino vigente. Ao avaliar e analisar essas três dimensões será possível compreender o sistema de ensino para assim se pensar em propor “objetivos, metas e ações que deem sentido cidadão à escolarização em nosso país”. A análise dos dados resultantes das avaliações em larga escala causam equívocos, colocando em risco “a formação do cidadão brasileiro, quando os sistemas de ensino e a sociedade, de modo geral, buscam soluções equivocadas para a Educação como, por exemplo, a meritocracia e a responsabilização de professores e das escolas” (GASPAR; SILVA; BATISTA, 2013).

Há uma preocupação pelos diretores e professores na preparação dos alunos para as provas padronizadas, tornando a prática escolar voltada para esse tipo de avaliação. Quanto a seus riscos, “as avaliações relativas a políticas de responsabilização exacerbaram a preocupação de diretores e professores em preparar seus alunos para os testes, levando a um estreitamento do currículo escolar”, pois a escolas se organizam “tomando como referência o tipo de teste utilizado pela avaliação em larga escala” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p.373). Ainda, outro risco dessas avaliações seria de que, muitas delas, não avaliam diretores e professores, dessa forma esses profissionais “raramente se sentem obrigados a prestar conta dos resultados de seu trabalho ou têm motivação para inteirar-se dos resultados das avaliações e para levá-los em consideração em sua atuação educacional e pedagógica” (BONAMINO; SOUSA, 2012, p. 386).

[...] potencial das avaliações de segunda e terceira geração para propiciar uma discussão mais informada sobre o currículo escolar, em termos das habilidades fundamentais de leitura e matemática que ainda não têm sido garantidas a todos os alunos de ensino fundamental e médio (BONAMINO; SOUSA, 2012 p. 386).

As autoras Vieira e Fernandes (2011), *apud* Luckesi (2002), apresentam uma crítica sobre as avaliações escolares, considerando que esses instrumentos visam verificar somente a aprendizagem e não realizam de fato uma avaliação, pois entendem que esses dois processos são distintos. A avaliação trata de um mapeamento da qualidade dos resultados, já a verificação é uma configuração dos resultados parciais. De acordo com Luckesi (2002), a verificação é um processo investigativo que requer a “observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações que delimitam o objeto ou ato com o qual se está trabalhando”, já o conceito de avaliação

[...] é formulado a partir das determinações da conduta de “atribuir um valor ou qualidade a alguma coisa, ato ou curso de ação...” O ato de avaliar implica coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. (Vieira e Fernandes, 2011, p. 125).

Ainda, as autoras Vieira e Fernandes (2011, p.126) apontam a utilidade da Avaliação em Larga Escala como “um instrumento para a elaboração de políticas públicas dos sistemas de ensino e redirecionamento das metas das unidades escolares” e também que ela é o principal instrumento de controle do Estado sobre a educação, pois resultados obtidos nessas avaliações acabam provocando tensões e competitividade entre instituições da mesma rede de ensino.

Das críticas apontadas neste capítulo sobre as Avaliações em Larga Escala, é possível perceber que, na maioria dos estudos aqui apresentados, essas avaliações norteiam os currículos escolares, porém seus resultados não substanciam a prática do professor e até mesmo levam a reforçar a desigualdade social, uma vez que as escolas melhores ranqueadas se sobressaem. Porém, como as ALE são de caráter diagnóstico, os resultados obtidos apontam as medidas a serem ajustadas frente a intenção de melhoria na qualidade do ensino por meio da criação de políticas públicas educacionais.

Na próxima subdivisão deste capítulo, apresentamos as características das Avaliações em Larga Escala como política pública e os aspectos a que elas buscam alcançar.

### 1.3 A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Visto que as Avaliações em Larga Escala são propostas que visam diagnosticar a qualidade do ensino e melhorá-lo, buscamos compreender, nesta seção, a gênese desse objetivo principal que norteia essas avaliações desenvolvidas em esferas nacional, estadual e municipal, o conceito de política pública educacional e as formas de análise de uma política, proposta por Stephen Ball.

A necessidade de melhorar o padrão de vida de uma nação está ligada ao desenvolvimento socioeconômico de um país. Dessa forma, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado pela Organização das Nações Unidas (ONU), busca avaliar aspectos de vida e também o conhecimento de uma nação. Por sua vez, aponta resultados nas carências brasileiras, obtidos por indicadores sociais e, por consequência, as desigualdades sociais são evidenciadas. As políticas públicas são ações de governo direcionadas a resolver questões de melhoria, e, no âmbito educacional, temos as políticas educacionais. No entanto, é por meio dos resultados obtidos nas Avaliações em Larga Escala que o Ministério da Educação (MEC) estipula metas para a melhoria desse índice e, com isso, desenvolve políticas educacionais a fim de solucionar questões de melhoria na educação.

Os dados obtidos nas avaliações propostas servem de subsídio para a análise de políticas públicas já existentes, como também para a criação de novas políticas a serem implementadas pelos governos municipais, estadual e federal, “visando contribuir para a melhoria da qualidade, equidade e eficiência do ensino. Além disso, procura também oferecer dados e indicadores sobre fatores de influência do desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados” (INEP, 2018, *online*). Nesse sentido, a avaliação possibilita, a partir desses dados levantados, a criação de novas políticas públicas.

A partir da criação do Saeb, no Brasil, há o interesse, nas políticas públicas de educação de avaliação, de avaliar os sistemas escolares por recomendações de agências internacionais, pelo Ministério da Educação e por Secretarias de Educação

de estados brasileiros como uma esperança de melhoria da qualidade do ensino básico e superior (SOUSA, 2001 *apud* SOUSA *et al*, 2010, p.90).

Para compreender uma política pública, é necessário primeiramente descrevê-la para depois analisá-la. O sociólogo inglês Stephen Ball, em sua obra *Education Plc* (Educação Ltda), (2007), realizou um estudo para compreender como é a participação dos fornecedores privados no setor educacional no Reino Unido. Ele mapeou alguns pontos relevantes para compreender as relações implícitas dentro dessa forma de mercado, para que fosse possível descrever todo o processo de privatização da educação e assim ser descrito e posteriormente analisado (ROSA, 2013).

Ball discute o movimento de criação de políticas públicas e ainda critica a crença social de que o conhecimento seria uma solução para o futuro de um país, que algumas empresas acabam vendendo fórmulas mágicas para resolver os problemas sociais em forma de “pacotes prontos” de educação e assim acabam tornando a educação como algo que pode ser resolvido por meio de um instrumento diagnóstico e avaliativo que vai apontar as carências do sistema educacional com a garantia de que as resolveriam (GRIMM; SOSSAI; SEGABINAZZI, 2014).

Para Duarte (2014), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), junto à forma de divulgação dos resultados via Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), sinaliza que o Brasil está reproduzindo o modelo neoliberal norte-americano de avaliação mesmo que possua fortes e intensas críticas a ponto de ser chamado de sistema falido. A autora, frente à Prova Brasil, afirma que o Brasil insiste em investir em um sistema ineficaz que não corresponde às expectativas, não atinge os objetivos que a avaliação propõe e ainda não contribui para a melhoria da qualidade da educação brasileira, pois obtém um ranqueamento apenas dos alunos, gerando uma competitividade que reforça a desigualdade social (RAVITCH, 2011 *apud* DUARTE, 2014).

Sobre a compra de avaliações externas, podemos dizer, baseados em Ball (2014), que os resultados obtidos por meio das políticas educacionais tornaram-se

um produto que as empresas privadas internacionais, nacionais, até mesmo multinacionais, ofertam para governos locais como países considerados subdesenvolvidos e esses acabam adquirindo para a resolução de problemas educacionais e sociais com a ambição de tornar seu país qualificado e desenvolvido. Fazem isso por conta de promessa de solução frente às dificuldades educacionais. (BALL, 2014 *apud* GRIMM; SOSSAI; SEGABINAZZI, 2014, p. 160).

Por conta do discurso de que a educação no meio público é ineficiente, ao ser comparada com à educação privada, tem-se a busca de medidas de reparo para sanar as lacunas da educação pública por meio dos modelos considerados primorosos e eficazes proporcionados pelas iniciativas privadas. Essas soluções acabam sendo vendidas para o setor público:

considerado como a única forma de solucionar os problemas da educação pública, por meio de diferentes produtos, desde pacotes que podem ser comercializados, incluindo políticas educacionais de diferentes tipos (alfabetização, gestão, tecnologias, formação de professores etc.), até soluções sob a forma de programas, de modelos de gestão, de equipamentos informáticos (*softwares tablets, computadores*), de materiais didáticos (apostilas, *kits de livros*), de assessorias, de consultorias, de treinamentos, de uma grande variedade de serviços técnicos, pedagógicos e administrativos/gerenciais que apoiam a educação na sua retaguarda. Enfim, de toda sorte de empacotamento de bens educacionais habilitados à comercialização planetária (GRIMM; SOSSAI; SEGABINAZZI, 2014).

A escrita do texto de uma política, em específico às voltadas para o ensino, é feita e pensada de acordo com um modelo de escola que não existe para além de quem a escreve. Os políticos e funcionários públicos desconhecem as reais necessidades e os entraves apresentados em um contexto escolar, o que acarreta impossibilidade de implementação dessa política, tornando-a utópica por desconsiderar o contexto ao qual está inserido, como também os recursos e as capacidades locais que esta dispõe. Também na produção dessa escrita, a política torna-se carregada de diretrizes generalizadas, dando abertura para distintas interpretações e formas de atuação. Isso se dá por conta de que o profissional que está na tradução/interpretação dessa política, traz também, inevitavelmente, sua bagagem profissional, bem como, seu juízo de valor dentro da compreensão de uma política e estas influenciam nas tomadas de execução de tais políticas públicas de avaliação educacional, pois esses pontos não são levados em conta por quem elabora uma política.

A tradução de uma política depende de como o seu texto é instrumentalizado, no município, para que se efetivem as ações propostas. Como bem afirmam Ball, Maguire e Braun (2016), a tradução é um tipo de

terceiro espaço entre política e prática. É um processo iterativo (repetitivo) de criar textos institucionais e da colocação desses textos em ação, literalmente de “atuação”, usando táticas que incluem: conversas, reuniões, planos, eventos, formas de aprender, bem como de produzir artefatos e emprestar ideias e práticas de outras escolas. Essas traduções também dão valor simbólico à política e, por isso, precisam continuar sendo estudadas (SEGABINAZZI, LUNARDI-MENDES, 2017, p. 822).

Portanto, a rede escolar pública é quem traduz o movimento das políticas de Avaliações em Larga Escala, ou seja, são essas escolas que põe em prática essas avaliações e, a partir dos resultados obtidos, são oferecidos elementos para modificar as políticas educacionais, que pretendem a melhoria da qualidade de ensino. Para isso, algumas soluções acabam sendo vendidas ao setor público, porém, ao mesmo tempo, na rede pública, existem iniciativas de criação dessas avaliações, dessa forma, as que foram compradas são elaboradas por atores distantes da rede de ensino público, já as elaboradas pelo setor público, podem ter uma aproximação maior com essa realidade do setor.

## 2 A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NOS CONTEXTOS LOCAIS: PERCURSO METODOLÓGICO

O tema Avaliação em Larga Escala no Estado de Santa Catarina, ainda, é pouco explorado, por isso é preciso aprofundar as investigações a respeito desse tema e, para isso, desenvolvemos uma pesquisa exploratória a fim de contribuir com as investigações nessa temática. Apresentamos, nesta seção, os fundamentos da metodologia utilizada, baseados na metodologia de pesquisa de Martins-Junior (2015), Ludke e André (2015), e o percurso metodológico desenvolvido para estudo dos resultados encontrados.

### 2.1 PESQUISA EXPLORATÓRIA: AS FONTES UTILIZADAS E O PROCESSO DE COLETA DE DADOS

Quando um tema ainda é pouco investigado, as fontes bibliográficas para referendar tal tema são mais escassas. Para Martins-Júnior (2015), a construção de alguma hipótese consiste em servir de ponto de partida para a formulação de um problema para próximas investigações mais precisas ou então para criar hipóteses. Em relação à metodologia, no presente estudo, utilizamos a abordagem qualitativa exploratória que promoveu uma pesquisa bibliográfica, com respaldo em teorias especializadas, sobre a especificidade do tema ALE.

Para isso, a pesquisa se constitui de natureza qualitativa em que se procede a solicitação de informações a um grupo significativo de indivíduos, previamente estabelecidos, como também o levantamento de informações em documentos oficiais, pois parte do particular para o geral, o que permite um entendimento mais detalhado das informações obtidas. Quanto ao delineamento, trata-se de uma pesquisa exploratória documental, conforme Martins-Junior, (2015). A pesquisa documental mostrou-se a mais adequada, nesse caso, porque permite descrever o fenômeno estudado para que o pesquisador aumente seu conhecimento, descreva as características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis, esclarecer conceitos, indicar informações para possíveis novas pesquisas sobre o tema, como também, delimitar problemas considerados urgentes pelos profissionais do campo estudado.

Para obter fontes bibliográficas que venham embasar uma pesquisa, Ludke e André (2015) enfatizam que a análise documental é uma técnica utilizada

para identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses. Os documentos podem ser leis e regulamentos, normas, pareceres, cartas, memorandos, diários pessoais, autobiografias, jornais, revistas, arquivos escolares, circulares, entre outros. A análise de conteúdo dos documentos pode se dar na análise de palavras, sentenças, parágrafos, ou o texto como um todo, sua estrutura ou temática, podendo ser interpretadas por um viés político, psicológico, literário, filosófico ou ético, por exemplo.

Quanto às formas de registro da análise documental, Ludke e André (2015) recomendam que sejam realizadas mediante anotações do material analisado, esquemas, diagramas etc. Após a análise das informações e dos dados é necessário construir categorias, a partir da fundamentação teórica da pesquisa. Ao final do processo é necessário aprofundar a análise do material e assim concluí-la.

Com o intuito de conhecer as propostas de Avaliações em Larga Escala dos municípios escolhidos, a investigação desta pesquisa alcançou seus dados pela busca em sites oficiais de cada município selecionado, no intuito de coletar informações e notícias a respeito de avaliações desenvolvidas. As palavras-chave utilizadas nessa busca foram: “avaliação escolar”, “avaliação em larga escala”, “avaliação externa” e “avaliação municipal”. Também foram realizadas, em cada um desses municípios, ligações para os Secretários de Educação ou representantes das Secretarias a fim de coletar informações a respeito das Avaliações em Larga Escala utilizadas nesses municípios.

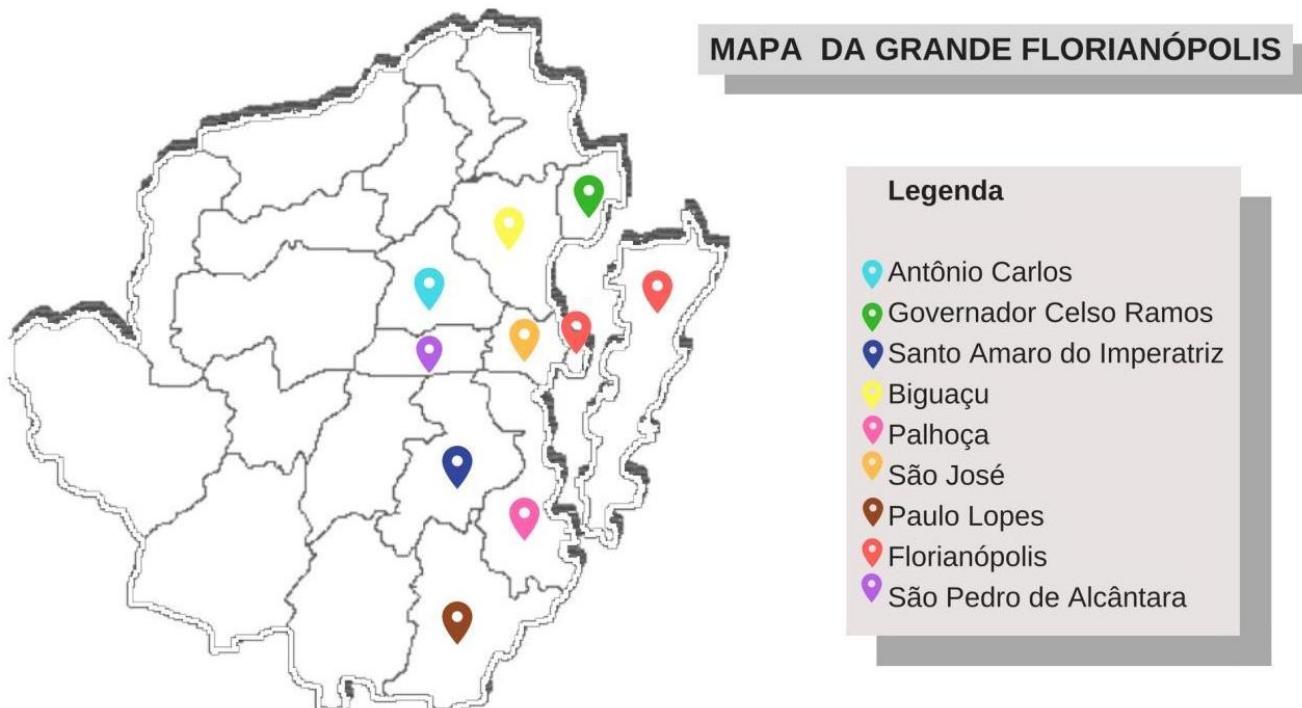
Como não foi possível encontrar registros em alguns sites, foi realizado um levantamento das informações por meio de ligações telefônicas, com base no roteiro criado para a pesquisa de doutoramento de uma integrante do OPE<sup>3</sup>, que encontra-se no Anexo I. Os dados obtidos estão sendo organizados em uma tabela que faz parte da referida Tese, de onde obtivemos o recorte para a amostra deste estudo, os municípios da microrregião de Florianópolis, sendo eles Antônio Carlos, Governador

---

<sup>3</sup> Projeto de Tese “Contextos, atores e redes: as apropriações locais das Políticas Educacionais de Avaliações Externas em Larga Escala na Educação Básica” de autoria de Adriene Bolzan Duarte Antunes.

Celso Ramos, Santo Amaro da Imperatriz, Biguaçu, Palhoça, São José, Paulo Lopes, Florianópolis e São Pedro de Alcântara, conforme indicado a seguir:

**Figura 1 – Mapa da Grande Florianópolis**



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

Para coleta de dados, buscamos no site oficial da prefeitura de cada cidade o telefone da Secretaria de Educação e, quando não encontrado, foram realizadas ligações para a prefeitura solicitando o número. O contato pretendido na Secretaria de Educação foi algum servidor do setor Pedagógico do Ensino Fundamental ou o Secretário de Educação, na ausência deste, seu assessor. Após a devida apresentação como aluna pesquisadora da UDESC, de Florianópolis, do curso de Pedagogia e membro do grupo OPE, de esclarecido o objetivo do contato, iniciavam-se as questões a respeito das Avaliações em Larga Escala desenvolvidas no município. O roteiro do contato telefônico para o levantamento dos dados foi organizado a partir de perguntas norteadoras, as quais apresentamos a seguir:

- O seu município possui alguma avaliação municipal de desempenho escolar?
- Foi comprado algum tipo de material específico para atividades referentes às avaliações municipais e/ou nacionais?
- Foram vocês que criaram e implementam esta avaliação municipal?

À medida que as perguntas eram respondidas, as informações foram anotadas na tabela e, ao final de cada ligação, solicitamos ao servidor que respondeu a pesquisa o seu nome, contato telefônico e *e-mail* para contatos posteriores. Tais informações pessoais não serão disponibilizadas neste trabalho para garantir a segurança e a ética.

No início da busca por notícias de Avaliação em Larga Escala nos municípios, encontramos uma notícia no site da Granfpolis com o título “Dirigentes municipais de educação da Granfpolis recebem treinamento para aplicação do sistema de avaliação Hábile”, a qual informava que 22 municípios faziam parceria com uma instituição, a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis (Granfpolis)<sup>4</sup>, levando a conhecimento público iniciativas de aplicação de uma Avaliação em Larga Escala. Dos municípios associados que fazem parte da região da Grande Florianópolis, foram selecionados como recorte para essa pesquisa, apenas nove, pois o critério de escolha para a amostra foi os municípios que fazem parte da microrregião da grande Florianópolis.

Então, para descrever como essas Avaliações em Larga Escala foram implementadas nos municípios, investigamos esta parceria da associação com os municípios selecionados, bem como se houve adaptação ao uso dessa Avaliação em Larga Escala, se houve alguma continuidade, se os municípios aderiram a essas propostas ou buscaram alguma alternativa.

Para isso, buscamos informações no site oficial da associação e também no site na seção de notícias, obtendo a informação de que as avaliações ocorreram nos anos de 2016 a 2018, como também analisamos nos relatórios anuais da Granfpolis dos anos de 2016 e 2017.

No próximo capítulo, apontamos as iniciativas municipais de Avaliação em Larga Escala que ocorreram nos dois últimos mandatos de prefeitura a fim de

---

<sup>4</sup> A Granfpolis é uma associação que integra municípios pertencentes da macrorregião de Florianópolis e arredores, visando a promoção de um desenvolvimento integrador. Na próxima seção será detalhado a respeito desta instituição.

explorar como ocorreram as adaptações da parceria com a Granfpolis em relação à realização das ALE e, por fim, apresentamos a reflexão teórica desses resultados obtidos.

### 3 A ALE NOS CONTEXTOS MUNICIPAIS: O CASO DA GRANFPOLIS

Para verificar como os municípios selecionados para esta pesquisa se adaptaram quanto ao uso da Avaliação em Larga Escala promovida pela parceria da Granfpolis, se houve continuidade pelos municípios ou, então, se buscaram alguma alternativa é o que seguimos investigando nesta seção. Descrevemos na primeira seção, as iniciativas de Avaliação em Larga Escala que ocorreram ao longo do período de 2013 até 2017 nos municípios estudados. Na segunda seção, apresentaremos os resultados obtidos a respeito das iniciativas municipais de Avaliação em Larga Escala, bem como as adaptações da parceria nos dois últimos mandatos da prefeitura com a Granfpolis, articulando com os referenciais teóricos que endossam esta pesquisa.

#### 3.1 COMPREENDENDO A GRANFPOLIS E SUA A PARCERIA COM O HÁBILE<sup>5</sup>

Ainda que o foco deste estudo seja os municípios da microrregião de Florianópolis, é importante destacar que muitos desses compõem a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis. Como descrito na seção Institucional do site oficial da Granfpolis (2014), a associação foi fundada em 16 de outubro de 1968. Foi criada com o objetivo de constituir uma associação que integrasse os municípios da região, visando a promoção de um desenvolvimento integrador. Em março do ano seguinte, associaram-se à Granfpolis os Prefeitos Municipais de Florianópolis, Antônio Carlos, Águas Mornas, Angelina, Biguaçu, Governador Celso Ramos, Palhoça, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz e, São José e Tijucas. Mais tarde, no ano de 1971, associaram-se os municípios de Paulo Lopes, Anitápolis e Garopaba. Atualmente, pertence ao quadro associativo da Granfpolis 22 municípios, a saber Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio

---

<sup>5</sup> O Hábile é um produto pedagógico de avaliação externa de aprendizagem em larga escala da Editora Positivo, que coleta e sistematiza dados de desempenho escolar por meio de um diagnóstico. Os resultados desses testes, na rede de ensino público, são voltados para a aplicação de soluções educacionais propostas pela editora, como o Sistema de Ensino Aprende Brasil.

Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leo Berto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas. A sede da associação está situada na rua Cândido Ramos, 250, no Bairro Capoeiras na cidade de Florianópolis.

Com o objetivo de promover a melhoria dos índices da educação dos municípios filiados à Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, consta em seu relatório de atividades e prestação de contas de 2016 a implantação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), uma parceria entre a Associação e o Instituto Positivo<sup>6</sup>, iniciado em março de 2015 e que se estendeu até dezembro de 2017, quando planejou alcançar a quinta etapa estabelecida de seu projeto. O modelo do projeto ADE foi homologado pelo MEC e consta no artigo 7º do Plano Nacional da Educação. A Granfpolis é pioneira na implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação no Estado de Santa Catarina.

O Arranjo de Desenvolvimento da Educação – ADE - é um projeto realizado em parceria entre a Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis – GRANFPOLIS, por intermédio do Colegiado dos Secretários Municipais de Educação e o Instituto positivo. O Projeto tem como objetivo promover a cultura de cooperação intermunicipal visando a melhoria da qualidade da educação ofertada no território atendido pela GRANFPOLIS (HELENA, 2015, on-line).

Como descrito no Relatório de atividades e prestação de contas da Granfpolis (2016), o eixo norteador do projeto Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) percorreu por cinco fases: Mobilização dos Municípios, Avaliação de Indicadores Educacionais e Contextuais do Território, Construção do Plano de Ação visando a melhoria da Educação do Território, Execução do Plano e Avaliação.

Como metas, foram traçadas quatro, sendo elas:

- Meta 1: Até o fim de 2017, instituir, implementar e consolidar processo em larga escala de “Avaliação Externa Territorial de Aprendizagem Escolar”;
- Meta 2: Até 2017, qualificar o fluxo escolar em todas as turmas do Ensino Fundamental no território do ADE IP da Granfpolis, reduzindo de 16,6% para 10%;
- Meta 3: Até o fim de 2016, desenvolver documento contendo propostas de aplicação dos recursos do Fundeb;
- Meta 4: Até o fim de 2017, desenvolver um Programa de Avaliação Institucional que permita diagnosticar a organização e o funcionamento dos Sistemas Municipais de Ensino (GRANFPOLIS, 2016, *on-line*).

---

<sup>6</sup> O Instituto Positivo atua em prol da qualidade na Educação Pública, a partir a um modelo de cooperação entre estado e municípios e união por meio o Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE), uma proposta de trabalho colaborativo entre Secretarias de Educação de municípios próximos geograficamente, visando a melhoria nos indicadores da Educação.

Em agosto de 2016, conforme noticiado por Maria Helena, Assessora de Comunicação da Granfpolis (2016), na sede da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, os Dirigentes Municipais de Educação da Granfpolis receberam treinamento para aplicação do Sistema de Avaliação Hábile. Participaram da reunião os Secretários, profissionais das Secretarias de Educação e Diretores de Escolas dos 22 municípios envolvidos na Aplicação de Sistema de Avaliação de Aprendizagem do Arranjo do Desenvolvimento da Educação (ADE) quando foram habilitados para multiplicar a metodologia de aplicação das provas aos educadores que aplicariam o teste.

Os municípios associados à Granfpolis que participaram do ADE de Santa Catarina, conforme o Relatório de atividades e prestação de contas da Granfpolis (2016), foram: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, São Pedro de Alcântara e Tijucas.

Ainda no mês de agosto de 2016, a assessora de comunicação informou que por volta de 17900 provas do Hábile chegaram à sede da Granfpolis para distribuição aos 22 municípios. Essas avaliações fazem parte da Meta 1 do Arranjo de Desenvolvimento da Educação, a qual prevê a avaliação das disciplinas de português e matemática para alunos do 2º ao 5º ano até o final do mês de setembro. Após a aplicação das provas, foram devolvidas para a Granfpolis que as encaminhou para a análise. Não foi possível encontrar detalhes a respeito de quais escolas participaram dessa aplicação.

Em fevereiro de 2017, na primeira reunião anual com os gestores educacionais municipais, Eliziane Gorniak, diretora do Instituto Positivo, comunicou por meio de notícia, que o grande desafio é a Meta 1, pois é necessário

Conhecer por que nossos alunos não aprendem. Por que eles têm tantas dificuldades em português e matemática. Ano passado aplicamos a prova

Hábil e neste ano vamos estudar esta avaliação, entender os resultados e trocar experiências [...] “Estamos buscando os melhores parceiros no Brasil, como o Instituto Ayrton Senna,<sup>7</sup> para que possamos trazer a melhor experiência, tecnologia, para que juntos consigamos trazer as mudanças que a sociedade precisa. As parcerias são fundamentais. Elas dão força, engajamento e resultados” (HELENA, 2017, *on-line*).

Conforme a notícia “Técnicos do Instituto Ayrton Senna iniciam capacitação de professores da Granfpolis” encontrada no site da associação Granfpolis em abril de 2017, Helena informou que ocorreu uma capacitação de coordenadores pedagógicos e professores, indicados pelos municípios, para atingir a Meta 2 do ADE, a qual visa a redução, até o final do ano, da taxa anual média geral de distorção idade/ano de 12,3% para 8%, consolidando políticas públicas territoriais que promovam a (re)orientação curricular e didático-pedagógica de modo a eliminar as dificuldades de aprendizagem verificadas na trajetória acadêmica dos estudantes. Eles foram capacitados para formação e abertura de Salas de Aula dos programas Acelera, Se Liga e Fórmula da Vitória<sup>8</sup> desenvolvidos pelo Instituto Ayrton Senna (IAS). O programa Se Liga Brasil atuou nos municípios de Angelina, Canelinha, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz e São José; o Acelera Brasil com Canelinha, Garopaba, Leoberto Leal, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz e Tijucas e o programa Fórmula da Vitória Língua Portuguesa atuou em Alfredo Wagner, Palhoça e São José.

Já em outubro 2017, a assessoria de comunicação comunica que houve uma capacitação de professores do 5º ano, referente à Meta 1, para discutir e refletir sobre ações coletivas de aprimoramento da ação educativa a partir dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Participaram representantes dos Municípios de Antônio Carlos, Biguaçu, Governador Celso Ramos e São Pedro de Alcântara. Ministrhou esta formação as professoras contratadas pelo Instituto Positivo, Luciana da Paz Prazeres e Maria Helena Bertoncello Peres.

---

<sup>7</sup>O Instituto Ayrton Senna é uma organização sem fins lucrativos, que atua desde 1994 para o desenvolvimento de uma Educação de qualidade no Brasil. Ela aplica soluções educacionais para promover uma educação integral com escolas das redes públicas de ensino do ensino fundamental e médio.

<sup>8</sup> Programas de soluções educacionais do IAS, produzidos pela Global Editora. O Acelera Brasil é direcionado aos alunos com atraso escolar causado por reprovação ou abandono. O Se Liga é um programa de alfabetização para alunos dos anos iniciais matriculados em anos incompatíveis com a idade para avançar para a série adequada. Já o Fórmula da Vitória é direcionado para os alunos do segundo ciclo do Ensino Fundamental que apresentem dificuldades na leitura, escrita e matemática.

Segundo os dados do Relatório Geral das atividades do ano de 2017, ao longo do corrente ano, ocorreram dez formações voltadas para os professores, coordenadores e técnicos em educação dos municípios participantes do ADE – META 2, ministradas pela Agente Técnica do Instituto Ayrton Senna, Risália Calasans e outros profissionais dos programas, cujo objetivo foi ensinar metodologia e as ferramentas utilizadas em sala de aula. A Meta 2 teve como proposta do Instituto Ayrton Senna, os programas de alfabetização chamados “Se Liga, Acelera Brasil, Gestão para Alfabetização e Fórmula da Vitória Língua Portuguesa e Matemática”, os quais foram distribuídos para os já referidos municípios. Faziam partes dos materiais livros didáticos, livros literários e fichas de presença e leitura (GRANFPOLIS, 2017, p. 63).

De acordo com o relatório anual das atividades do ano de 2017 da Granfpolis, as escolas que participaram dos Programas da Meta 2 do ADE/GRANFPOLIS com a parceria do Instituto Ayrton Senna foram visitadas nos municípios de Alfredo Wagner, Canelinha, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, São João Batista, São José e Tijucas, indicando assim uma atividades desses municípios com a Associação neste ano, porém não foi possível encontrar detalhes do motivo dessa visita (GRANFPOLIS, 2017 p. 63, 64).

No outro ano, em abril 2018, como noticiado pela assessora, os coordenadores das Secretarias de Educação e professores dos Municípios da Região da Grande Florianópolis participaram da formação para os projetos Fórmula da Vitória – Português, Se Liga, Acelera Brasil e Gestão para Alfabetização, tornando-se multiplicadoras dos projetos Se Liga e Acelera a coordenadora do Ensino Fundamento de Garopaba, Rosilene Pacheco de Lima, a coordenadora de Projetos Educacionais de Tijucas, Dail Nelsy da Silva e a diretora da Escola Municipal Terezinha Maria Espindola, do município de Palhoça, Eliane de Souza

### 3.2 INICIATIVAS MUNICIPAIS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NOS DOIS ÚLTIMOS GOVERNOS DE PREFEITURA: AS ADAPTAÇÕES DA PARCERIA COM A GRANFPOLIS

No levantamento das Avaliações em Larga Escala que está em andamento, já nos foi possível visualizar que os municípios catarinenses têm interesse na implementação de políticas locais de Avaliação em Larga Escala. Identificamos que isso vem acontecendo de duas formas, uma delas é a iniciativa do próprio município em idealizar, criar e implementar sua avaliação e outra é a compra de pacotes educacionais de empresas privadas para a realização das Avaliações em Larga Escala locais.

No município de Florianópolis, encontrou-se a Prova Floripa no site do programa, como avaliação para o Ensino Fundamental, criada no ano de 2007 e aplicada no mesmo ano até 2016. Essa avaliação tem a finalidade de verificar se a qualidade da educação e foi criada pela Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis em parceria com o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). A prova é de característica diagnóstica “e monitora os serviços educacionais por meio de testes de desempenho e questionários contextuais” (FLORIANÓPOLIS, 2018). A Prova para os estudantes de 1º ao 5º ano traz questões de língua portuguesa e matemática, para os alunos do 6º ao 9º, além as questões de língua portuguesa e matemática, foram acrescentadas questões de ciências e ciências humanas (geografia e história).

Quanto às atividades da Granfpolis, em parceria com o Instituto Positivo, não há registros sobre as atividades desenvolvidas, somente que a parceria ocorreu em 2016, com a aplicação das provas nas escolas, porém, não foi possível coletar dados, ainda, e também o contato ao telefone não foi possível no período da pesquisa.

No município de São José encontramos uma notícia no site oficial informando que no ano de 2015 a Prefeitura desenvolveu a Prova São José, de caráter diagnóstica do processo de ensino e aprendizagem, cujos resultados buscaram subsidiar “a prática dos professores, coordenadores pedagógicos e gestores, para uma aprendizagem significativa” (SÃO JOSÉ, 2015). Foram elaboradas duas provas, uma para o ensino fundamental I (1º ao 4º ano) composta por 10 questões nas áreas

de Língua Portuguesa e Matemática e outra para o ensino fundamental II (5º ao 9º ano), subdivididas em duas, em que a prova 1 teve cinco questões de Língua Portuguesa e Matemática e a prova 2 questões de Ciências Naturais e Ciências Humanas. As provas foram preparadas pela Secretaria Municipal de Educação. Na ligação para o representante da Secretaria Municipal de Educação de São José nos foi informado que além da criação da Prova São José, foram realizadas as provas fornecidas pela Granfpolis.

Nos municípios de Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Governador Celso Ramos e Paulo Lopes, o representante da Secretaria Municipal de Educação dos respectivos municípios contatados pelas ligações informaram que foram aplicadas as provas do Hábile no ano de 2016 e 2017 e ainda as propostas em parceria com a Granfpolis estão em continuidade.

O município de Biguaçu relata que não trabalha com nenhum sistema apostilado, porém tem a sua proposta curricular e cada unidade escolar tem a liberdade de se adaptar e se preparar da forma que achar melhor, pois a respeito de Avaliações em Larga Escala prontas, nos foi relatado durante a næ ligação telefônica que “a secretaria é contra esse tipo de sistema”.

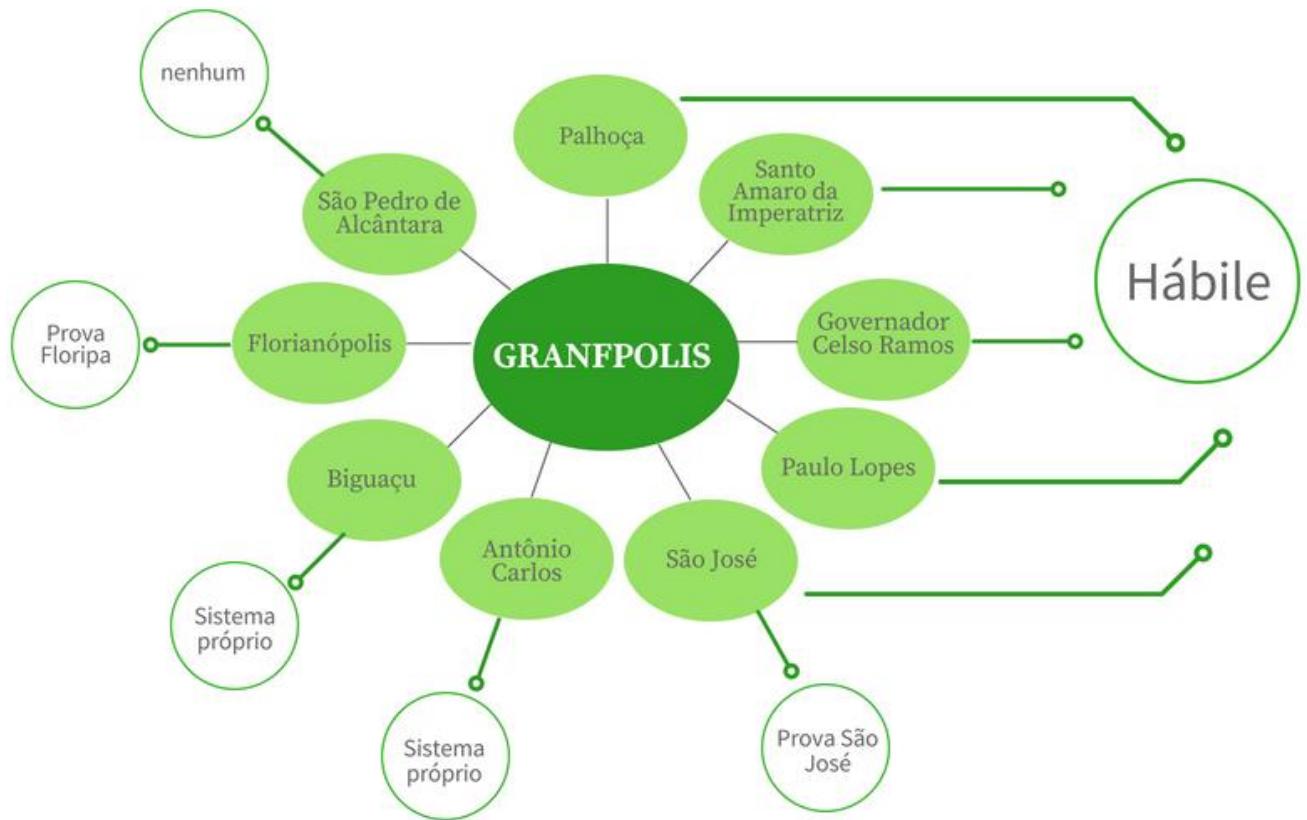
No site oficial da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura de Governador Celso Ramos, encontramos uma notícia referente à aplicação da Prova Hábile em setembro de 2017.

Quanto a Antônio Carlos, nos informaram, em ligação com o servidor representante da Secretaria de Educação Municipal, que atualmente não trabalham com o sistema POSITIVO, que é advindo da parceria com a Granfpolis e o Instituto Ayrton Senna, e sim com um “sistema próprio”, utilizando livros do PNLD e Projetos. O município já fez os testes do Hábile, porém não teve uma boa adequação por parte das professoras e optaram por continuar com esse sistema próprio. Dessa forma, caberia investigar qual seria esse sistema desenvolvido e investigar a desistência do município pelas provas fornecidas pela parceria com a Granfpolis, uma vez que encontramos em uma notícia no site da Granfpolis a presença de

representantes do município na capacitação oferecida aos professores do 5º ano em 2017.

Em São Pedro de Alcântara o servidor representante da Secretaria de Educação Municipal contatado informou que no município não trabalham com o sistema Hábile e com nenhum outro, pois não há a aplicação da Provinha Brasil ou qualquer outra no município. Em vista dessas informações, caberia investigar a parceria do município com a Granfpolis, uma vez que também encontramos em uma notícia no site da Granfpolis a presença de representantes do município na capacitação oferecida aos professores do 5º ano em 2017. Dessa forma, visualiza-se no fluxograma a seguir da Figura 2, a relação dos tipos de Avaliação em Larga Escala encontrados nos municípios da amostra deste estudo.

**Figura 2 – Relação das ALE e Granfpolis na microrregião de Florianópolis**



Fonte: elaborado pela autora, 2018.

A partir dos dados coletados, é possível identificar que na microrregião estudada existe uma motivação explícita em realizar Avaliações em Larga Escala. Dos nove municípios estudados apenas um, São Pedro de Alcântara informou não realizar nenhum tipo de ALE. Tal aspecto corrobora os achados de Bauer *et al.* (2017) e indica inclusive um crescimento percentual, ou seja, nesta pequena

amostra, quase todos os municípios se sentem mobilizados para pensar em ALE. No estudo de mapeamento desses autores, mostram que os municípios implantaram ações próprias de avaliação, desenvolvidas na rede de ensino público, pelos técnicos, professores e gestores da rede, como também ocorre nos municípios de São José, Biguaçu, e Antônio Carlos.

Do mesmo modo, a Figura 2, mostra que iniciativas próprias ocupam uma posição menor do que a compra de serviços de avaliação. Somente dois municípios afirmaram que construíram sistemas próprios e sete municípios afirmaram participar dos serviços educacionais do Sistema de Avaliação da Positivo, o Hábile por meio da parceria com a Granfpolis. Conforme Assunção (2013), as avaliações produzidas fora do espaço escolar não tem finalidade pedagógica, mas de regulação do sistema de ensino, sendo assim, pode-se afirmar que a maioria das avaliações utilizadas pelos municípios são produzidas de forma distantes do contexto escolar público, quando comparado com as avaliações produzidas pelas secretarias de educação, que dialogam com os profissionais das escolas.

Vale ressaltar que esse sistema de ALE, o Hábile, é produto de uma empresa, a Editora Positivo, dessa forma é elaborado por atores distantes da rede de ensino público, característica de uma avaliação externa, em sintonia com o que foi mostrado por Ball *apud* Grimm; Sossai; Segabinazzi (2014), que é um produto de empresa privada concebido como política pública Nacional, para a resolução de problemas educacionais e sociais para a solução das dificuldades educacionais.

A partir desses dados, é possível afirmar que as alternativas de Avaliações em Larga Escala, que não são construídas por profissionais da rede pública, tornam-se divergentes, muitas vezes, das necessidades do município, porém, mesmo que os municípios se reúnham na associação para discutirem a respeito da avaliação do Hábile, ainda assim é um instrumento pronto, diferente das avaliações construídas pelas escolas, baseiam-se no sistema do Saeb, como mostram Bonamino e Sousa (2012), ou ao exemplo do Município de Antônio Carlos que utilizam os livros do PNLD.

Dessa forma, para compreender como essas avaliações são elaboradas, é necessário investigar mais a fundo, por meio de uma comunicação direta com a gestão educacional dos municípios, que permitirá conhecer as particularidades bem como o que as norteiam, o embasamento dessas. Este estudo objetivou realizar uma descrição diagnóstica das parcerias para a adesão das Avaliações em Larga Escala.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, foi possível perceber a partir dos dados obtidos que as iniciativas de Avaliações em Larga Escala se organizaram nos municípios a partir da parceria com a associação da Granfpolis e também por conta de iniciativas das Secretarias de Educação dos municípios, tanto em parceria com empresas privadas quanto por sua própria organização. Quanto ao público alvo das ALE municipais, as Avaliações em Larga Escala foram desenvolvidas para as escolas públicas de Ensino Fundamental.

Percebe-se do desenvolvimento desta pesquisa, que os municípios apostam em políticas públicas que promovem a aplicação das ALE e utilizam esses resultados como uma forma de promover a qualidade de ensino do Estado. Dessa forma, interpretamos que a Granfpolis e o Instituto Ayrton Senna, que são pioneiros na implementação das provas do Hábile e programas do instituto no Estado de Santa Catarina, talvez pudessem usar os resultados obtidos frente às iniciativas da ADE para servir como propaganda para outros municípios do Estado de Santa Catarina, podendo assim solucionar problemas de alfabetização e demais soluções escolares apresentadas, complementando as ações de ensino das escolas públicas.

Este estudo mostrou alguns caminhos que a Avaliação em Larga Escala percorreu durante os últimos anos e buscou refletir sobre uma parte dessa prática que aconteceu no Estado de Santa Catarina. Por este estudo ser um recorte de uma pesquisa maior em andamento, vale ressaltar que esta não pode ser generalizada para todo o estado, pois mostra apenas a realidade de uma pequena parte, que são as dos municípios selecionados, portanto os resultados aqui apresentados são apenas indícios de como essas avaliações têm acontecido.

Essa pesquisa possibilitou refletir sobre possíveis questões a serem investigadas, pois em uma das ligações realizadas, um dos municípios afirmou não gostar desse tipo de avaliação, logo é possível perceber a necessidade de um estudo que busque investigar as representações sociais das ALE para alunos,

professores e gestores e, assim, compreender o significado dessas avaliações em relação aos indivíduos envolvidos.

A pesquisa de busca *on-line* possui a vantagem de ser realizada em qualquer espaço, porém na busca dos dados, em alguns sites oficiais dos Municípios, não havia uma seção de notícias ou não havia uma opção de pesquisa dentro do próprio site para facilitar a navegação, nesse caso, recorremos ao site do Google com a palavra chave para pesquisar, seguido do endereço eletrônico do site do município. No entanto, se um cidadão, que desconhece essa forma de pesquisa, estiver navegando no site terá dificuldades de encontrar alguma informação. O que nos leva a concluir que poderia ser feito um estudo a respeito da acessibilidade desses sites para que sejam desenvolvidos de uma maneira mais intuitiva para ser usado.

Na realização da coleta de dados, cruzamos as informações encontradas nas notícias dos sites oficiais e das entrevistas realizadas, sendo possível perceber que algumas informações não encontravam correspondência com o que era dito, por exemplo que não aplicavam esse tipo de prova, porém na busca *on-line* encontramos participações em reuniões da Granfpolis. Dessa forma, há a necessidade de realizar uma pesquisa aprofundada com entrevista em campo envolvendo os responsáveis pelas avaliações, bem como conhecer o processo de aplicação de tais provas nas Secretarias Municipais de Educação para um esclarecimento detalhado destas informações, pois um contato por telefone não permite que se obtenham informações minuciosas. Ainda, nem todos os sites oficiais possuíam uma seção de notícias, o que dificultou a busca de informações.

Por fim, ao realizar a coleta de dados e após reflexões do grupo de pesquisadores, nos deparamos com questões ainda não respondidas a respeito das Avaliações em Larga Escala no âmbito geral dos municípios do Estado de Santa Catarina. Em razão disso, apontamos questões ainda não respondidas para futuras investigações a respeito das ALE no Estado de Santa Catarina. De maneira geral, pesquisar quem seriam esses atores e os intelectuais dessas avaliações? Qual sua formação e trajetória profissional? Quais seriam os reflexos desses profissionais na produção dessas avaliações? Como acontecem as estratégias de criação e implementação dessas avaliações municipais?

Tais questões não conseguem ser respondidas em um tempo de pesquisa de em apenas um semestre, o qual é destinado para feitura do Trabalho de Conclusão de Curso. Dessa forma, tais questões ficam para serem exploradas, visando

compreender como está ocorrendo o movimento de inserção das ALE nos municípios do Estado de Santa Catarina.

## REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Mariza Felippe. **O Mito da Virtuosidade da Avaliação: Trabalho docente e avaliações externas na educação básica.** Belém, 2013.

BARBOSA, Liliane Cecília de Miranda; VIEIRA, Lívia Fraga. **Avaliações Externas estaduais: possíveis implicações para o trabalho docente.** São Paulo: Revista e-Curriculum, n.11 v.02 ago. 2013.

BAUER, Adriana *et al.* Iniciativas de avaliação do ensino fundamental em municípios brasileiros: mapeamento e tendências. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017.

BAUER, Adriana et al. **Avaliação e gestão educacional em municípios brasileiros:** mapeamento e caracterização de iniciativas em curso. São Paulo, 2016.

BRASIL. MEC. **Plano decenal de Educação para Todos.** Brasília: DF, 1993.

BONAMINO, Alicia; SOUSA, Sandra Zákia. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil. **Educação e Pesquisa**, v. 38, n. 2, p. 373-388, 2012.

DUARTE, Adriene Bolzan. **A participação de escolas da rede escolar pública municipal de Santa Maria (RS) no Sistema de Avaliação da Educação Básica.** UFSM. RS: Santa Maria. 2014. Disponível em:  
<http://repositorio.ufsm.br/handle/1/7140> Acesso em: 12 fev. 2018.

COLÓQUIO LUSO-BRASILEIRO DE EDUCACÃO - COLBEDUCA, 5., 2018, Portugal - Universidade do Minho, Braga e Casa do Conhecimento, Paredes de Coura. **O debate da avaliação em larga escala no Brasil: características, referências e tendências.** Florianópolis: UDESC, 2018. 9 p. Disponível em:  
<http://www.revistas.udesc.br/index.php/colbeduca/article/view/11459/8272>. Acesso em: 20 mar. 2018.

FLORIANÓPOLIS, Secretaria Municipal de Educação; CAED/UFJF. **A Prova Floripa.** 2018. Disponível em: <http://www.provafloripa.caedufjf.net/o-programa/o-prova-floripa/>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Apresentação.** 2018. Disponível em:  
<http://www.provafloripa.caedufjf.net/o-programa/o-prova-floripa/>. Acesso em: 22 maio 2018.

GASPAR, Maria Terezinha Jesus. SILVA, Erondina Barbosa da. BATISTA, Carmyra Oliveira. **Crianças pensando ao responderem questões abertas em teste de larga escala: o que aprendemos com elas?** REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, v. 36, 2013. Disponível <[http://36reuniao.anped.org.br/pdfs\\_trabalhos\\_aprovados/gt19\\_trabalhos\\_pdfs/gt19\\_2957\\_texto.pdf](http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt19_trabalhos_pdfs/gt19_2957_texto.pdf)> Acesso em: 30 de abr. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GRANFPOLIS. **Institucional**. 2014. Disponível em: <<http://www.granfpolis.org.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/43178>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Relatório de atividades e prestação de contas:** exercício 2016. 2016. Disponível em: <[http://www.granfpolis.org.br/uploads/1542/arquivos/1151088\\_Relatorio\\_2016.pdf](http://www.granfpolis.org.br/uploads/1542/arquivos/1151088_Relatorio_2016.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Relatório de atividades e prestação de contas:** exercício 2017. 2017. Disponível em: <[http://www.granfpolis.org.br/uploads/1542/arquivos/1152511\\_Relatorio\\_2017.pdf](http://www.granfpolis.org.br/uploads/1542/arquivos/1152511_Relatorio_2017.pdf)>. Acesso em: 22 maio 2018.

GOVERNADOR CELSO RAMOS, Prefeitura Municipal de. **Prova Hábile**. 2017. Disponível em: <<http://educacaogcr.com.br/prova-habile/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

GRIMM, Viviane; SOSSAI, Fernando Cesar; SEGABINAZZI, Marília. BALL, Stephen J. Educação Global SA: novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa, Brasil: UEPG, 2014. **Práxis Educativa**, v. 11, n. 3, p. 850-854, 2017.

HELENA, Maria. **Municípios da Granfpolis Lançam Arranjo do Desenvolvimento da Educação**. 24 nov. 2015. Disponível em:

<<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/340550>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Arranjo de Desenvolvimento da Educação Completa um ano e apresenta avanços na educação da Grande Florianópolis.** 14 jun. 2016.

Disponível em:

<<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/367562>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Municípios da Granfpolis começam a receber as provas do Hábile.** 05 ago. 2016. Disponível em:

<<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codNoticia/390657/codMapaltem/42699>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Dirigentes municipais de educação da Granfpolis recebem treinamento para aplicação do sistema de avaliação Hábile.** 08 ago. 2016.

Disponível em:

<<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/390037>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Granfpolis e parceiros dão prosseguimento ao programa Arranjo de Desenvolvimento da Educação.** 13 fev. 2017. Disponível em:

<<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/407994>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**1ª Reunião de 2017 do ADE reúne gestores educacionais dos 22 municípios da grande Florianópolis.** 21 fev. 2017. Disponível em:

<<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/409289>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Arranjo de Desenvolvimento da Educação: começa a capacitação de professores para redução da distorção idade/ano na grande Florianópolis.** 03 abr. 2017. Disponível em:

<<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/415430>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Técnicos do Instituto Ayrton Senna iniciam capacitação de professores da Granfpolis.** 04 abr. 2017. Disponível em:

<<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/415707>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Gestores municipais reúnem-se para debater o avanço da meta 1 do ADE.** 09 ago. 2017. Disponível em: <<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/439144>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Professores do ADE recebem formação.** 04 out. 2017. Disponível em: <<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/449828>>. Acesso em: 22 maio 2018.

**Gestão para a alfabetização: semana de formação na Granfpolis.** 04 abr. 2018. Disponível em: <<http://www.granfpolis.org.br/noticias/index/ver/codMapaltem/42699/codNoticia/479665>>. Acesso em: 22 maio 2018.

HORTA NETO, João Luiz. **Um olhar retrospectivo sobre a avaliação externa no Brasil: das primeiras medições em educação até o SAEB de 2005.** Revista Iberoamericana de Educación nº42/5, 2007. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/deloslectores/1533Horta.pdf>> Acesso em: 28 maio 2018

INEP. Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Saeb.** Brasília, DF: INEP, 2017. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>>. Acesso em 10 maio 2018.

**Conheça o Inep.** Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: <<http://inep.gov.br/conheca-o-inep>>. Acesso em 10 maio 2018.

**Sobre a ANA.** Brasília, DF: INEP, 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana>>. Acesso em 10 maio 2018.

LUDKE, M, e ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2. Ed. Rio de Janeiro: EPU, 2015.

MARIN, Alda Junqueira. **Avaliação nas escolas do ensino fundamental:**

**Focalizando o trabalho docente.** Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Anais do I Seminário Nacional: Currículo Em Movimento Perspectivas Atuais, nov. 2010.

MARTINS-JUNIOR, Joaquim. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos.** 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

MARTINS, Regina Lucia Silveira. **Representação social de professores da rede pública sobre a avaliação externa: o Saerjinho.** Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá. 2013.

NOVAES, Luiz Carlos. **Os Impactos da Avaliação Externa sobre o trabalho de professores na rede Estadual Paulista.** Joaçaba: Roteiro, v. 39, n. 2, p. 283-310, jul./dez. 2014.

ROSA, Sanny Silva da. Entrevista com Stephen J. Ball-Privatizações da educação e novas subjetividades: contornos e desdobramentos das políticas (pós) neoliberais. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 53, p. 457-466, 2013.

SÃO JOSÉ, PREFEITURA MUNICIPAL DE. **Alunos da rede municipal fazem a Prova São José nesta quarta-feira (4).** 02 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.saojose.sc.gov.br/index.php/sao-jose/noticias-desc/alunos-da-rede-municipal-fazem-a-prova-saeo-jose-nesta-quarta-feira-4>>. Acesso em: 22 maio 2018.

SÃO PAULO, Secretaria da Educação do Estado. SARESP. 2018. Disponível em <<http://www.educacao.sp.gov.br/saresp>> Acesso em: 20 jun. 2018.

SEGABINAZZI, Marília; LUNARDI-MENDES, Geovana Mendonça. Caminhos possíveis em contextos reais: o Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais na perspectiva de análise da tradução de políticas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 3, p.808-825, 2017. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

SOUSA, Sandra Zákia *et al.* Sistemas estaduais de avaliação: uso dos resultados, implicações e tendências. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 141, p. 793-822, 2010.

VIEIRA, Raquel Arrieiro; FERNANDES, Cassia Pires. **Avaliações externas em foco: percepções e efeitos para o trabalho docente.** Viçosa: Educação em Perspectiva, v. 2, n. 1, p. 119-132, jan./jun. 2011.

## ANEXO A

### ROTEIRO PARA CONTATO TELEFÔNICO COM SECRETARIAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO

<b>Quadro de Apoio para a contato telefônico</b>	
<b>1. Organização da ligação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Entrar no site da Secretaria de Educação de cada um dos municípios e buscar informações sobre Avaliação em Larga Escala.</li> <li>• Caso não encontre informações, buscar o contato telefônico da secretaria e ligar.</li> <li>• Caso não encontre o número telefônico da Secretaria Municipal de Educação, ligar para a prefeitura e pedir o contato.</li> <li>• Caso tenha alguma observação sobre esse processo, anotar na última coluna do Quadro ALEM.</li> </ul>
<b>2. Preâmbulo da Ligação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apresentar-se, como aluna do curso de Pedagogia da UDESC, membro do OPE e integrante do Projeto de Pesquisa sobre Avaliação em Larga Escala.</li> </ul> <p style="margin-left: 20px;"><i>'O Observatório de Práticas Escolares é um grupo de pesquisa da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC que quer conhecer as iniciativas municipais de avaliação. E, neste trabalho, estamos estudando as avaliações externas ou em larga escala no âmbito dos municípios catarinenses. Exemplos de avaliação externa e em larga escala são a Prova Brasil, ANA e Enem, além de avaliações que podem ser promovidas pelos próprios municípios'.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Dizer que estamos fazendo um levantamento dos municípios catarinenses que possuem avaliação em larga escala em nível municipal, e que queremos fazer algumas perguntas.</li> </ul>
<b>3. Perguntas para fazer no momento da entrevista</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>O seu município possui alguma avaliação municipal de desempenho escolar?</b> (aqui você pode utilizar: avaliação de desempenho, avaliação municipal, avaliação em larga escala municipal, simulado ou preparação para a Prova Brasil...)</li> <li>• <b>Foi comprado algum tipo de material específico para atividades referentes às avaliações municipais e/ou nacionais?</b> (pode dar exemplo do Positivo, sistema Hábile)</li> <li>• <b>Foi vocês que criaram e implementam esta avaliação municipal?</b> (caso não tenham comprado)</li> <li>• Pedir o nome, contato telefônico e email desta pessoa que respondeu as perguntas.</li> <li>• Agradecer as informações e dizer que em outro momento entraremos em contato, e que se quiserem entrar em contato com o OPE fiquem à vontade. Se surgir interesse pode dar o email do ope ou o meu (adrienebd@gmail.com) ou o telefone do OPE</li> <li>• <b>Anotar todas essas informações no QuadroALEM, e se tiver observações sobre a ligação deve colocar na última coluna do quadro.</b></li> </ul>